

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19 E-mail: administracao.coordenadoria@camarasalto.sp.gov.br Site: www.camarasalto.sp.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2.025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

- **1.1.** Aquisição de 01 (uma) persiana para a sala do departamento jurídico da Câmara da Estância Turística de Salto.
- **1.2.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 730,00 (setecentos e trinta reais)**, considerando-se o menor valor apurado mediante pesquisa direta junto a potenciais fornecedores.
- **1.3.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa eletrônica de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da melhor proposta.
- 1.4. Para esta contratação, será adotado o critério de menor preço unitário global, pois identifica-se a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades. O agrupamento desses itens em lotes poderá ser mais atrativo por gerarem maior valor de contratação futura, possibilitar maior economia de escala com a redução de preços por parte das licitantes em razão de maior volume de negócios e poderá ainda diminuir as chances de desinteresse dos licitantes por itens não tão atrativos por conta de baixo valor.

2. Justificativa

2.1. A presente contratação é fundamentada no pedido contido no ofício do Departamento Jurídico desta Câmara, onde solicita a troca de uma persiana de sua sala. Através do ofício nº 77/2025 GAB PRES, o presidente desta Casa ratifica o pedido, deferindo o pedido e solicitando a aquisição dos itens pretendidos visando a substituição dos itens defeituosos.

3. Especificação dos Itens

| Item | Descrição do item | Quantidade | Medida | Valor R\$ |
|------|-------------------|------------|--------|-----------|
|------|-------------------|------------|--------|-----------|

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19 E-mail: administracao.coordenadoria@camarasalto.sp.gov.br Site: www.camarasalto.sp.gov.br

| Persiana em rolo estilo black-out, lisa, cor bege, acionamento manual, cor bandô, na medida aproximada de 150 x 120 cms | 01 | Unid. | |
|--|----|-------|--|
|--|----|-------|--|

- 3.1. O preço deverá compreender a desmontagem da persiana existente, entrega e montagem no Prédio Principal da Câmara.
- 4. Local da entrega dos bens
- **4.1**. Os bens deverão ser entregues na Avenida Dom Pedro II, nº 385, Centro, Salto/SP (Prédio Principal).
- 5. Prazo de entrega ou execução
- **5.1.** O prazo previsto para entrega é de até 10 (dez) dias úteis da emissão da autorização de fornecimento e/ou da nota de empenho.
- 6. Faturamento e Pagamento
 - **6.1.** A empresa deverá emitir nota fiscal, informando número do Empenho e Autorização de Fornecimento e os dados bancários para o pagamento.
 - **6.2**. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após recebimento dos produtos e da nota fiscal.
- 8. Unidade Solicitante
 - **8.1.** Departamento de Tecnologia de Informação
- 9. Dotação Orçamentária
 - 9.1. Item 16 Manutenção Predial 3.3.90.39.00
- 10. Gestor/Fiscal



Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19 E-mail: administracao.coordenadoria@camarasalto.sp.gov.br Site: www.camarasalto.sp.gov.br

10.1. Nome: Enio Padovani Júnior – Coordenador do Departamento de Administraçã – E-mail: administraçã – E-mail: administracao.coordenadoria@camarasalto.sp.gov.br – Telefone (11) 4602-8300 ramal 124

11. Habilitação

11.1. Para a habilitação a empresa deverá apresentar a seguintes documentações (as documentações deverão ser encaminhadas via sistema eletrônico), inseridos via plataforma:

Jurídica conforme o caso:

- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, nos casos de empresário individual, o enquadramento como MEI ou documento similar, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

Fiscal e trabalhista

- a) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- b) Certidão de Regularidade Fiscal Pessoa Jurídica ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, podendo ser obtida através do link: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/certidoes-e-situacao-fiscal;
- c) Certidão Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, comprovando a regularidade relativos a ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).
- d) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos



Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19 E-mail: administracao.coordenadoria@camarasalto.sp.gov.br Site: www.camarasalto.sp.gov.br

do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) A Certidão de regularidade Trabalhistas – CNDT é expedida gratuita e eletronicamente em todo o território nacional. O interessado pode requerê-la nas páginas eletrônicas do TST, do CSJT e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CNPJ.

Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

Estância Turística de Salto, 19 de maio de 2.025

Enio Padovani Júnior Coordenador do Departamento de Administração Matrícula nº 035